



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681972 - RJ (2021/0230310-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : VINCENT CARDOSO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINCENT CARDOSO DOS SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Recurso em Sentido Estrito n. 0024950-40.2020.8.19.0011).

O Paciente foi preso em flagrante em 12/09/2020 em virtude de suposta prática do delito previsto no art. 33, caput da Lei nº 11.343/06, tendo sido apreendida 45,05g de maconha.

A defesa sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o paciente só foi apresentado ao Juízo de Custódia em 14/09/2020, depois do prazo de 24 horas previsto no art. 310 do CPP e artigo 1º da Resolução nº 213/2015, do CNJ, tendo sua prisão sido relaxada pelo magistrado singular, cuja decisão foi posteriormente revogada com nova decretação da cautelar preventiva pela 02ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao prover o recurso ministerial, momento no qual impetrou-se o presente *writ*.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao paciente, nos termos do artigo 316 do CPP, permitindo-lhe recorrer em liberdade ou, alternativamente, sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, nos termos dos art. 282 c/c art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar do paciente (e-STJ fls. 65/67):

No caso dos autos, entre a formalização do auto de prisão em flagrante, lavrado em 12/09/2020, e a apresentação do recorrido para a realização da audiência de custódia, no dia 14/09/2020, decorreu um intervalo de pouco mais de 48 horas, prazo que, segundo o recorrente, “marca a manutenção de padrão regular do fluxo de funcionamento desta Central de Audiências de Custódia de Benfica, na qual, comumente, os atos ocorrem dentro de dois dias da lavratura do flagrante.”

Cabia à Magistrada, portanto, no exercício de sua função correcional, determinar as diligências necessárias para apuração de eventuais faltas funcionais de funcionários da Secretaria de Segurança Pública, de modo a garantir o

desenvolvimento regular do processo.

Por outro lado, a necessidade da prisão é evidente.

Com efeito, o fumus commissi delicti é extraído da apreensão da droga na posse do recorrido e o periculum libertatis, por sua vez, exsurge da periculosidade social do recorrido e da consequente imprescindibilidade de prevenir a ordem pública de possíveis reações criminosas, haja vista a gravidade concreta do crime imputado a ele.

Aliás, o histórico penal do recorrido torna manifesta a possibilidade de reatuação criminosa, considerando que ele já tinha sido preso em flagrante no dia 26/06/2020, também pela prática de crime de tráfico de drogas (posse de setenta gramas de maconha), sendo a custódia cautelar revogada em 10/07/2020, nos autos do processo n.º 0127883-24.2020.8.19.0001.

Note-se, ainda, que recentemente foi proferida sentença nos autos do processo n.º 0268162-60.2020.8.19.0001, que condenou o recorrido por crime de tráfico de drogas a 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão.

A necessidade da prisão como garantia da ordem pública, portanto, é evidente, na medida em que as três prisões em flagrante do recorrido ocorreram em circunstâncias muito semelhantes, venda à varejo de entorpecentes (maconha e cocaína), na Rua Duque de Caxias Jardim Caiçara, na cidade de Cabo Frio, todas, inclusive, com apreensão de expressiva quantidade de droga em seu poder.

Vale acrescentar que a necessidade da custódia cautelar também está demonstrada para viabilizar a aplicação da lei penal, pois, conforme consulta realizada no sistema informatizado deste Tribunal (processo n.º 0182142-66.2020.8.19.0001), constata-se que a prestação jurisdicional não tarda.

Assim, ao contrário do que a defesa aduz, observa-se que a fundamentação do acórdão combatido, bem como na decisão de pronúncia, a qual manteve a segregação cautelar do acusado, demonstra de maneira adequada o fator que consubstancia a necessidade da prisão como ferramenta *periculum in libertatis* garantidora da ordem pública, em virtude da periculosidade concreta do paciente, representada pelo modo de execução do crime.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência